

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## GUERRA GLOBAL PORTUGUESA: A RESTAURAÇÃO

*"É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade pública composta de todas as calamidades, em que não há mal algum, que ou não se padeça, ou não se tema; nem bem que seja próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela; e até Deus nos templos e sacrários não está seguro "" (1).*

Depois de um "matrimônio" algo atribulado entre Portugal e Espanha em 1580, Portugal é forçado a conviver com muitos dos antagonistas do *cônjuge* e vê os seus territórios e interesses atacados em todo o Mundo, inclusive por alguns dos seus mais antigos aliados<sup>(2)</sup>.

Tenente-Coronel de Infantaria (Brigada Mecanizada, Santa Margarida).

(1) Padre António Vieira, *Sermão histórico e panegírico escrito*, citado in Aníbal Pinto de Castro, *XV Colóquio de História Militar*, 2005, p. 103.

(2) "Por arrastamento os inimigos de Espanha tornam-se inimigos de Portugal e deste modo, aproveitando a subalternidade de Portugal, primeiro os Holandeses e depois Ingleses e Franceses, que ambicionavam as riquezas das colónias portuguesas na Ásia, lançaram os seus ataques e começaram a ocupar as posições lusas, sem resposta por incapacidade dos Portugueses e por inércia

A Inglaterra envia duas expedições para se apoderar dos Açores, em 1591 e 1597, e, tal como os Holandeses, ataca permanentemente a nossa marinha (em acelerada decadência desde a malograda expedição da Invencível Armada\* \* (3)). Corsários holandeses saqueiam e assaltam S. Tomé, os Ingleses fazem o mesmo em Santos e em S. Vicente, no Brasil. Portugal resiste como pode, sem grande apoio de Espanha.

Em 1612, atacam também Franceses, neste caso no Maranhão/ / Brasil(4) Ainda no mesmo Brasil atacam também os Holandeses, lutando pela posse da Baía a partir de 1624 e, em 1630, Recife e Olinda são conquistadas. Em 1640, os Holandeses ocupam uma parte significativa do Brasil.

No Oriente, a situação é ainda pior. Se Macau resiste aos Holandeses em 1622 e em 1624, na Índia estes atacam as Molucas, Malaca, Samatra, Ceilão, etc. e os Ingleses apoderam-se de Ormuz (ou apoiam os Persas na conquista do mesmo) num ataque iniciado logo no ano de 1619 e consolidado em 1622(5). Dos ataques holandeses, em 1640, restam apenas Colombo e Jafanapatão, no Ceilão (perdêramos Galle, Negumbo, Teniquimale, Batalalá,...); Goa e Malaca estão cercadas (pelos Holandeses e sultões vizinhos); estão ainda perdidos Ternate, Amboino, Bornéu, Célebes, Java e Sumatra(6). A situação só não é ainda mais grave porque os inimigos europeus de Portugal na Ásia não tinham os apoios que pensavam conseguir: "em 1618 os indígenas de Malaca, Sumatra e Ceilão, auxiliados pelos holandeses, exercem acções provocatorias sobre os portugueses, contudo, Gillis Van Ravesteyn escrevendo de Surrate afirma - os indianos são mais favoráveis aos portugueses do que a qualquer outra nação cristã"(7).

Em África, tínhamos perdido Mombaça e S. Jorge da Mina.

de Espanha", in Zélia Maria Silvestre Sampaio, *XV Colóquio de História Militar*, p. 442.

(3) Ferreira Martins, *História do Exército Português*, p. 136.

(4) "Em 1614 os franceses pretendendo criar a França Equinocial, voltaram [...]", in Carlos Bessa, *XV Colóquio de História Militar*, p. 94; "Os portugueses lutaram no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e Mato Grosso", in Anete Costa Ferreira, *idem*, p. 59.

(5) "Os persas ocupam Ormuz com o auxílio dos ingleses em 1622", in Fernando Martins de Almeida, *XV Colóquio de História Militar*, p. 383.

(6) José Rodrigues Pereira, *XV Colóquio de História Militar*, p. 156.

(7) In João Brandão Ferreira, *idem*, p. 149.

Chegamos a 1640 e, na Europa, Portugal está "absolutamente indefeso".<sup>(8)</sup> Uma população de 1,2 milhões de habitantes, não mais de 2.000 homens disponíveis para a força armada porque grande parte emigrara para o Brasil, participara nas expedições no ultramar e outros tantos estavam a combater na Flandres e na Itália pela glória dos Habsburgos.

Em síntese: a marinha não tem navios<sup>8</sup> (9), as fronteiras estão desguarnecidas e abandonadas, o exército não tem nem armas, nem munições nem soldados e o país não tem dinheiro<sup>(10)</sup> 11.

Vive-se em permanente situação de guerra embora não exista (nem se deseje) uma declaração oficial da mesma. Combate-se em várias áreas do globo e os recursos são escassos ou, em algumas áreas, quase nenhuns.

Vamo-nos socorrer dos actuais conceitos e níveis da política, estratégia, operações e tática para ajudar a compreender as formas de lidar com os desafios provocados por uma conflitualidade geral e global. Embora estes não sejam "exactamente" os conceitos da época, pensamos poder utilizar esta categorização para melhor entender as decisões então tomadas<sup>(11)</sup>.

A Restauração (ou a Aclamação)<sup>(12)</sup> em 1640 irá, por isso, ter de recorrer a políticas corajosas, coerentes e globais. A estratégia futura terá de ser pensada holisticamente e executada de forma descentralizada. No plano operacional, as missões terão de ser realizadas de acordo com

<sup>(8)</sup> *Idem, ibidem*, p. 139.

<sup>(9)</sup> "O poder naval na metrópole resumia-se a cerca de 20 navios antiquados e de pouco valor militar. Os oficiais experientes eram escassos e as guarnições mal instruídas" - José Rodrigues Pereira, *ob. cit.*, p. 158.

<sup>(10)</sup> "A queda brusca em que se encontrava a economia desde 1638, no contexto de uma desaceleração vinda de longe, nomeadamente 1621" - António de Oliveira, in *História de Portugal*, vol. VII, p. 100.

<sup>(11)</sup> Embora o utilizar de termos e doutrinas actuais possa causar confusão quando aplicado a épocas mais recuadas, julgamos ser perfeitamente adequado usar as conhecidas "enquadrantes da estratégia" do grande teorizador português da Estratégia: General Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, vol. I, p. 212 ss.

<sup>(12)</sup> Restauração ou Aclamação e ainda "Guerra da Aclamação, o mais das vezes como da *Feliz Aclamação* e muitas vezes também como *Guerras Passadas*", in José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, *XV Colóquio de História Militar*, p. 209.

a especificidade de cada um dos territórios em análise, das suas forças, dos respectivos apoios e adversários. A tática a utilizar terá de ser a possível, tendo em conta a distância, o isolamento, o apoio logístico e os meios disponíveis. Será necessária uma política *de génio* para daí resultar uma estratégia sustentável, robusta e global com conceitos operacionais adequados a cada um dos teatros de operações com recurso a uma acção de gestão de meios humanos e materiais que possibilite a tática mais adequada para cada situação, território e força adversária<sup>(13)</sup> 14.

A Restauração enquadra-se assim num possível conceito de Guerra Global para Portugal. Desta vez, não podíamos separar uma política de expansão global, como foram os Descobrimentos, da política de defesa das fronteiras. Agora temos de combater simultânea e concorrentemente não só no nosso território base, na Península Ibérica, como em todos os territórios que queríamos defender nos "cinco cantos" do Mundo. Esta é, talvez, por obrigar ao combate simultâneo em vários teatros de operações, incluindo o continental europeu, a *Iª Guerra Global Portuguesa*<sup>(14)</sup>

(13) Até nos locais mais recônditos, pelos menos prováveis utilizadores da força, se fez a guerra possível adaptada à realidade de cada momento, de cada população, de cada objectivo. Atente-se nesta passagem em Aníbal Pinto de Castro, *idem*, p. 104, sobre a acção dos Jesuítas: "a própria actividade civilizadora da colonização, que o Jesuíta bem conheceu graças à sua experiência de missionário, não estava isenta de actividade bélica, pois os missionários, nas entradas que faziam pelo sertão brasílico, tinham muitas vezes de recorrer à acção das armas, para se defenderem, para 'reduzirem' as tribos de índios que queriam converter ou até para alimentarem a voracidade dos colonos que pretendiam por esse meio violento recrutar mão de obra barata [...]". Importa também referir esta passagem sobre o papel dos religiosos, em Filomena Ferreira Teodósio Mota, *XV Colóquio de História Militar*, p. 218: "[...] religiosos que, muitas vezes, ao lutarem pela palavra e pelas armas se transformaram em missionários e soldados. Neste âmbito, no século XVII, também é de salientar o papel governativo, religioso e militar dos dominicanos em Timor".

(14) Sabemos os riscos que corremos quando trazemos expressões novas para qualificar determinado evento. É verdade que a maior parte dos conflitos em que Portugal se viu envolvido "arrastou" quase sempre consequências e combates em outras partes do Mundo. Tal vai continuar a acontecer no futuro, na Guerra da Sucessão de Espanha, na Guerra dos Sete Anos ou na Guerra das Laranjas, por exemplo. Mas foram consequências de conflitos iniciados num determinado contexto. O que separa esta Guerra, que ousamos classificar de *Guerra Global Portuguesa*, é a simultaneidade do combate em vários teatros de operações em

## **1. As opções para cada frente de batalha**

Primeiro que tudo, é necessário criar as condições de base para o desenvolvimento de uma estratégia sustentada em meios financeiros e recursos humanos e materiais. Conseguimos encontrar essa preocupação nas primeiras decisões do novo governo após a aclamação. Vejamos os passos seguidos:

Identificação dos problemas em 1640:

- a. Situação muito precária, devido à falta de militares em quantidade e qualidade; não há exército português; as ordenanças tinham sido desfeitas (a situação tinha-se agravado em 1639 por Filipe IV, ao ordenar a entrega na sede das comarcas de todas as armas em poder das populações); os nobres, militarmente mais capazes, encontram-se a servir na Flandres e na Alemanha, comandando os tercios espanhóis;
- b. Não existem órgãos de gestão para defesa nacional e negócios estrangeiros - foram áreas que, de uma forma gradual, foram transitando para Espanha;
- c. Ameaças à integridade da vida do novo Rei e dos seus mais directos colaboradores - foram várias as ameaças e as tentativas de assassinato<sup>(15)</sup>;

que se combatia pela defesa última da existência do Estado Português - a própria existência da nação estava em causa no território europeu, e essa (aparentemente) pequena diferença faz para nós toda a diferença. Por isso, também arriscamos classificar de "Guerra Global Portuguesa" a que ocorreu entre 1793 (com a campanha do Roussilhão) até 1817 (com o regresso das forças portuguesas da Guiana Francesa), em que tivemos várias forças portuguesas a combater em Portugal, Espanha, França, Áustria, Malta, Mediterrâneo, Rússia, Brasil, Moçambique ou mesmo na Índia e em Macau. Pensamos que as designações de "Invasões Francesas" ou mesmo de "Guerra Peninsular" não abarcam o enorme esforço português nessa época. Não é nossa intenção fazer destas designações uma tese, mas apenas utilizá-las para reforçar o carácter único que uma nação "pequena" como a nossa teve de enfrentar mais do que uma vez ao longo da sua "grande" história.

<sup>(15)</sup>A diplomacia filipina promoveu a ideia, nas cortes europeias, de que o movimento independentista se limitava a uma rebelião. Ao mesmo tempo, a duquesa de Mântua, recolhida em Xabregas, recebia nobres descontentes com a causa da Independência liderados pelo Arcebispo de Braga, que preparam a

- d. Ataques generalizados às diversas parcelas do Império\* <sup>(16)</sup>, surgimento de movimentos de insurreição em alguns dos territórios<sup>(17)</sup>;
- e. Dificuldade em conseguir apoios internacionais. Para a maioria das potências da época, *era mais rentável/útil* ter Portugal como inimigo do que como aliado, pois assim se justificava os ataques na América, na África e na Ásia.

É então definida uma política global traduzida numa estratégia sectorial para resolver os problemas identificados<sup>(18)</sup>:

- I. **Estratégia política:** iniciar uma "ofensiva" diplomática para encontrar reconhecimento, apoios, aliados e celebrar tréguas e acordos<sup>(19)</sup>. Dentro de Portugal procurar reforçar a lealdade ao novo soberano e sustentar a sua legitimidade<sup>(20)</sup>;
- II. **Estratégia económica:** alterar os mecanismos de exploração comercial no Oriente ("nos 60 anos de domínio filipino [...] houve um prejuízo de 26.240.800 cruzados, em grande parte cobertos com os rendimentos das alfândegas de Malaca, Goa, Ormuz e Lisboa e com o tráfego nas costa de África e no Brasil. A carreira da Índia e a própria Índia deram prejuízo"<sup>(21)</sup>); é definida uma forma

conspiração falhada de 29 de Agosto de 1641" - Fernando Martins de Almeida, *ob. cit.*, p. 363.

<sup>(16)</sup> Nesse mesmo ano de 1640 estava a decorrer uma importante expedição contra os Holandeses na Baía: mais uma forma muito portuguesa de combater: companhias de bandeirantes (que tinham a sua origem nas milícias e ordenanças portuguesas) e uma armada expedicionária comandada pelo Conde da Torre (ver: Carlos Bessa, *XV Colóquio de História Militar*, pp. 87 e 97).

<sup>(17)</sup> Importa também referir que nem todos aclamaram o novo Rei: por exemplo, no norte de África "o capitão de Ceuta, pressionado pela população, então maioritariamente espanhola, não reconheceu o novo rei, mantendo-se aquela praça para sempre sob domínio da Espanha", in João Brandão Ferreira, *ob. cit.*, p. 159.

<sup>(18)</sup> Como ferramenta, utilizámos as divisões propostas no capítulo "divisões da estratégia" em Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, vol. I, p. 230.

<sup>(19)</sup> "Tão importante como o papel dos militares foi o dos diplomatas" - José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, vol. V, p. 5.

<sup>(20)</sup> Ver este tema mais desenvolvido no capítulo "Os jurista e o poder" de António Manuel Hespanha, in *Memória de Portugal, o milénio português*, p. 360.

<sup>(21)</sup> Francisco Mendes Magro, *XV Colóquio de História Militar*, p. 456.

imediate de disponibilizar fundos financeiros e procura-se criar os instrumentos económicos para dinamizar o mercado global na obtenção de produtos com origem nos territórios portugueses: é votado um imposto extraordinário<sup>(22)</sup>;

III. **Estratégia militar:** É criado o Conselho de Guerra e uma Junta de Defesa das Fronteiras, são restauradas as "Ordenanças de 1570"<sup>(23)</sup>, procede-se à organização do *1º Exército permanente* que existiu no nosso país, revitaliza-se a marinha de guerra e definem-se formas diferentes de resolver as crises para cada um dos desafios em cada ponto do mundo<sup>(24)</sup>. Destacamos ainda as seguintes medidas:

(1) No território continental português são adoptados modelos diferentes para a defesa para cada um dos "habituais" quatro teatros de operações: Alentejo, Beiras, Trás-os-Montes e Minho<sup>(25)</sup>;

<sup>(22)</sup>A décima militar - 10% dos haveres individuais.

<sup>(23)</sup> //Se na altura, no final do Quinhentismo, estas disposições foram mal recebidas, em 1642 foram aceites e compreendidas pela população" - João Rocha Pinto, in *XV Colóquio de História Militar*, p. 260. As milícias e as ordenanças foram fundamentais na defesa de Portugal até à sua abolição depois da Guerra Peninsular. No entanto, as críticas foram permanentes desde a sua criação porque, de facto, as mesmas constituíam um poder independente nas regiões donde provinham e esse facto sempre incomodou os *senhores da terra*. Durante a Guerra peninsular, especialmente entre 1808 e 1811, encontramos inúmeros casos contraditórios em que num momento se louva a actuação das ordenanças e noutro estas são apoucadas, quase sempre pelos "grandes" que as não comandavam. Mas não temos dúvidas de que as milícias e as ordenanças são um dos segredos do sucesso nas várias guerras em que Portugal se viu envolvido.

<sup>(24)</sup>Portugal sempre combateu e se defendeu de forma adaptada aos territórios, populações e situação geopolítica em que se encontrava - não só a forma de combater era diferente como ainda a forma de organizar as forças para o combate variava de acordo com as regiões e a táctica, era o que podemos apelidar a "táctica local adequada".

<sup>(25)</sup>"O do quadrante nordeste, já delimitado, montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efectivos limitados e facilitando a defesa, em especial a guerrilha; o do Minho, sensivelmente com as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilitava a progressão; o da Beira, ainda com as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral; finalmente, o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, muito

- (2) Criam-se os altos cargos de Tenente-General da Artilharia, Tenente-General da Cavalaria, Vedor-Geral do Exército, de Governador de Armas das províncias, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitánias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes; na Marinha, o comando foi entregue a um General do Mar (António Teles Menezes);
- (3) Reorganiza-se o Exército em três escalões:
  - i. Ordenanças - destinadas a guarnecer as praças-fortes, em companhias de 240 homens cada, a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar como depósito de recrutamento;
  - ii. Auxiliares ou Milícias - destinadas a acudir às fronteiras em situações de guerra, organizadas em terços com cerca de 600 homens;
  - iii. Exército de Linha ou Exército Regular - Exército *permanente* destinado à guerra de manobra, a Infantaria organizada em Terços de 2.000 homens e a Cavalaria em companhias de 100 homens num total de 20.000 a 26.000 infantas e 4.000 cavaleiros<sup>(26)</sup>.
- (4) Reorganiza-se o sistema de recrutamento, as "levas", tornando o serviço militar obrigatório "para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas" que com elas coabitassem; sendo para o Exército de linha os oficiais nomeados pelo Rei; e os soldados provinham das listas de Ordenanças entre os filhos segundos de todas as classes; os restantes ficam distribuídos pelas milícias e os de maior idade nas companhias de ordenanças;

menos povoado, dificultando a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e directo ao objectivo principal do território, Lisboa" - Lopes Alves, in "A Guerra da Restauração (1640-1668) no Teatro de Operações Transmontano. Através das 'Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança' por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)", *Revista Militar*, Nov. 2005.

<sup>(26)</sup>Um dos maiores exércitos europeus da altura (in Chartrand, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars*, p. 6); foi também nesta época que o exército português combateu num verdadeiro conceito de *armas combinadas* (Espírito Santo, *Montes Claros, 1665*, p. 7): infantaria, cavalaria e artilharia.

- (5) O Rei ordena ainda a reparação de castelos e fortalezas, a abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, funda coudelarias e fábricas de material de guerra e munições; prepara-se a defesa de Lisboa reforçando-se as fortalezas marítimas e decide-se continuar a política de edificação de fortalezas no Brasil<sup>(27)</sup>;
- (6) Na expectativa de um possível ataque da Armada espanhola (pelo duque de Maqueda, a partir de Cádiz) são atribuídas prioridades à marinha<sup>(28)</sup>: com base nos navios apresados aos Espanhóis, embarcações soltas a somar às naus que chegam da Índia, começa a organizar-se uma Armada de 17 navios sendo a missão principal atribuída à manutenção da segurança da fronteira marítima e à liberdade de circulação do comércio marítimo nacional;
- (7) No ultramar, pode afirmar-se que, genericamente, a estratégia portuguesa dividiu-se em marítima e terrestre<sup>(29)</sup>:
  - i. Controlar as rotas no mar apenas com alguns pontos de apoio em terra;
  - ii. Fazer a guerra terrestre a cargo dos poderes *coloniais* locais, apoiados ou não por forças expedicionárias de socorro.

**IV. Estratégia psicológica:** apelar internamente aos valores da nação secular<sup>(30)</sup> e lutar contra uma imagem internacional *distorcida* e

(27) "Inteligentemente, Portugal aplicou na Amazônia técnicas militares estrategicamente cabíveis de defesa na formação de uma região onde soube equilibrar o económico, o geográfico e o humano no entrelaçamento perfeito com uma raça já ali existente, dando ao Brasil a sua maior extensão territorial - a Amazônia" - Anete Costa Ferreira, in *XV Colóquio de História Militar*, p. 61. "A coroa Portuguesa tomou medidas acertadas quando nos séculos XVII e XVIII mandou construir fortalezas em toda a região, dotando-as das respectivas guarnições imprimindo uma organização de rondas e vigilâncias permanentemente atentas aos movimentos das forças estrangeiras que tentavam tomar o território", *idem*, p. 79.

(28) José Rodrigues Pereira, *ob. cit.*, pp. 160-161.

(29) António Manuel Hespanha, *Memória de Portugal*, p. 362.

(30) Desde o início do século XVII que havia um esforço para reavivar o espírito português: Francisco Rodrigues Lobo com *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619); Mosteiro de Alcobaça, com *Monarquia Lusitânia*, etc. (ver detalhes em Espírito Santo, *ob. cit.*, pp. 9-10).

veiculada principalmente por Espanha, segundo a qual Portugal não tem futuro fora dela. Para isso, é essencial uma boa estratégia de comunicação visando a opinião pública e, em resultado disso, assiste-se nos anos seguintes a um aumento de publicações nacionais e de intervenções em publicações no estrangeiro<sup>(31)</sup>.

Foi definida uma estratégia política, económica, psicológica e militar que passa à execução através de uma estratégia genética (o levantamento das forças e equipamentos), de uma estratégia estrutural (através da organização, composição e articulação dos meios) e, finalmente, de uma estratégia operacional onde centraremos de seguida a nossa atenção e que se prende com a utilização dos "parcos e variados" meios de defesa nos *cinco cantos do mundo*.

## 2. A Guerra Global

"A Guerra dos trinta anos teve efeitos nefastos para Portugal, na medida em que os inimigos da Espanha voltaram as suas armas contra o nosso país e o seu ultramar"<sup>(32)</sup>.

Portugal enfrenta uma guerra global dentro de uma mais alargada conflitualidade, evidentemente também ela global no Mundo. Às guerras da religião na França, ao levantamento nos Países Baixos, à ofensiva espanhola contra a Inglaterra, segue-se a terrível Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a que praticamente nenhum reino europeu escapa e que estende os seus efeitos um pouco por todo o mundo: efeitos *físicos* - pela destruição, pela doença e pela morte de milhões; e efeitos *políticos* - com o nascimento de uma nova ordem mundial com o Tratado de Vestefália, a sucessão de novos e diferentes regimes políticos que se impõem, do absolutismo de Luís XIV em França às Assembleias inglesa e holandesa, etc. O mundo está em turbilhão, fervilham ideias novas preconizadas por nomes ilustres como Grócio, Thomas Hobbes, John Locke, Colbert, entre outros. É neste mundo em profunda mutação que Portugal se encontra após a aclamação em 1640.

<sup>(31)</sup> Ver, a este respeito, Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração 1641-1648*.

<sup>(32)</sup> José Hermano Saraiva, *ob. cit.*, vol. IV, p. 175.

Na Europa, Portugal regista o início da guerra em terra e no mar: a 9 de Junho de 1641, quando patrulhas espanholas atacam as forças estacionadas em Eivas; e a 26 de Agosto, através de uma planeada ofensiva marítima conjunta portuguesa e francesa na denominada *Empresa de Cádiz*, que todavia não chega a concretizar-se<sup>(33)</sup>.

Por muitos autores tem sido usual considerar que esta guerra pode ser dividida em quatro fases:

*1ª fase* (1641-46): caracterizada pela actividade ofensiva dos Portugueses que, tanto no reino como no Brasil, infligiram as primeiras derrotas aos Espanhóis (1644, no Montijo) e aos Holandeses (1645, em Tabocas). Os Holandeses conquistam, em 1641, Sergipe, o Maranhão, a Ilha de S. Tomé e Angola; Malaca capitula. Em 1642, conquistam o Forte de Axém. Portugal assina com a Holanda um tratado de tréguas que concede liberdade de comércio. Esta fase termina em 1646 com o combate indeciso de Telen e com a partida de uma esquadra naval portuguesa para reforçar uma esquadra francesa no Mediterrâneo<sup>(34)</sup>.

É interessante notar a globalidade desta guerra pela sua acção em diversas partes do mundo e mesmo pelos seus actores, vindos também de todo o mundo. Como é habitual e prática comum na Europa desta época, Portugal contratou/procurou forças de outras nações. Desde os "ditos" regimentos do Cardeal Richelieu, em 1641, compostos por Franceses, Italianos e Irlandeses<sup>(35)</sup>, até aos regimentos de mercenários contratados nas Províncias Unidas (contra quem combatíamos em dois terços do Mundo), passando pelos regimentos franceses de 1661 e pelos ingleses, em 1662.

<sup>(33)</sup> José Rodrigues Pereira, *ob. cit.*, p. 160.

<sup>(34)</sup> "A França, o primeiro país com quem se firmou a paz, solicitou o auxílio português em 1646 para combater a Espanha nas águas do mediterrâneo. Em Agosto de 1646 largou para o mediterrâneo uma esquadra portuguesa de sete navios com 1500 homens de desembarque sob o comando de D. João de Menezes e que colaborou na tomada da Ilha de Elba, regressando a Lisboa em 27 de Janeiro de 1647", in José Rodrigues Pereira, *ob. cit.*, p. 161.

<sup>(35)</sup> "Dos 4.000 efectivos previstos não desembarcaram mais de 100 militares em Portugal", in Jorge de Freitas, *XV Colóquio de História Militar*, p. 244 ss.: com muito detalhe pelo autor podem ser apreciados os efectivos que verdadeiramente reforçaram Portugal, as suas origens e a sua acção na guerra.

2ª fase (1646-56): caracterizada pela atitude defensiva dos portugueses no reino, que se limitava à cobertura e defesa das praças do Alentejo, Beira e Minho, ao passo que no Brasil e em África, mercê de uma acção ofensiva, conseguiam expulsar os Holandeses de Pernambuco e Angola: Batalhas dos Guararapes no Brasil e reconquista de Luanda (1648). Os Holandeses são definitivamente expulsos do Brasil em 1654. Termina esta 2ª fase com a morte de D. João IV e a perda do Forte de Calatué no Ceilão<sup>(36)</sup>.

3ª fase (1656-59): começa com o cerco e tomada de Olivença (1656), caracterizada pelo malogro da enérgica ofensiva dos Espanhóis, já livres de outras guerras e dificuldades na Europa Central. Em 1658, os Holandeses, de novo em guerra aberta contra Portugal desde 1657, tomam Jafanapatão e, assim, perdemos definitivamente o Ceilão. Restaram duas fortalezas na costa do Malabar: Cochim e Cananor; outras mais a norte: Goa, Bombaim, Salsete, Damão e Diu. Termina mais esta fase no Alentejo com a batalha das Linhas de Eivas em 59.

4ª fase (1660-68): Mais um tratado de paz com a Holanda em 1661<sup>(37)</sup>. Tratado com a Inglaterra em 1662 (que se seguiu ao acordo para o casamento do Rei Carlos II com Catarina de Bragança, que entre outras incluiu no dote da princesa as praças de Tânger, no Norte de África e de Bombaim, na Índia), que permitiu o reforço de milhares de militares e alguns navios; alterações na ordem interna, com um *Golpe de Estado* - governo do Conde de Castelo Melhor - em 1662; perde-se Coxim para os Holandeses, em 1664. Esta fase é caracterizada pela reacção enérgica dos Portugueses (as grandes e gloriosas batalhas do Ameixial, em 1663, Castelo Rodrigo, em 1664, e Montes Claros, em 1665). Com a Batalha de Montes Claros, "a última de seis batalhas que os portugueses ganharam aos castelhanos depois da aclamação [...] e a vigésima primeira contando

<sup>(36)</sup> Porque falamos de "guerra" e merecem ser recordadas tanto as vitórias como as derrotas, não resistimos a fazer uma referência especial à forma como o Capitão General de Ceilão, D. António de Sousa Coutinho, dirigiu a resistência da praça de Colombo contra os Holandeses e como, esmagado pelo número e pelas armas, conseguiu obter a capitulação com todas as honras de guerra, depois de ter suportado um cerco de Outubro a Dezembro de 1655.

<sup>(37)</sup> Reconhece-se a soberania portuguesa sobre o Brasil, Angola e S. Tomé e a soberania holandesa sobre o Ceilão, Malaca e Molucas e sobre outras possessões no Oriente tomadas à força pelos Holandeses.

as de outros séculos"<sup>(38)</sup>, Portugal assina finalmente a paz com Espanha, mediada por Carlos II de Inglaterra, em 1668.

### 3. O final global

Não é objectivo, neste pequeno texto, descrever e analisar os combates, as batalhas, as operações e os seus efeitos. Felizmente, existem muitas obras publicadas que o fazem muitíssimo bem e, na bibliografia, encontrará o leitor referências para muitas delas, quer para as ocorrências na Europa, quer para as do Brasil, África ou Ásia.

Ainda assim, correndo o risco da síntese, tentaremos extrair alguns comentários desta "guerra global portuguesa" e não resistimos a propor uma imagem.

Imaginemos que, no século XVII, existia uma Sala de Operações tal como existem actualmente nos comandos operacionais das Forças Armadas. Uma sala com vários ecrãs nas paredes e, no meio, o Rei de Portugal com o seu Conselho de Guerra a receber o *briefing* semanal das actividades nos vários teatros de operações. Provavelmente, seria um ministro que iniciaria o *briefing* para explicar as acções a decorrer e os objectivos atingidos (na terminologia militar internacional - *situational assessment*), as linhas de acção bem sucedidas, e que proporia acções correctivas para os restantes casos.

O Rei aguardaria pelos diversos *briefings* sectoriais para, no final, determinar a sua orientação. Seguiam-se as apresentações sobre o desenvolvimento das operações na Ásia, África, Brasil, Europa. Aqui e ali, os membros do Conselho fariam perguntas ou acrescentariam um comentário. No final, o "primeiro-ministro" faria a síntese do decorrer das operações (*overall assessment*) e proporia/pediria decisões políticas.

Depois da saída do Rei e dos membros do Conselho, ficariam na Sala de Operações os chefes militares e os representantes dos vários "ministérios" a deduzir modalidades de acção estratégica da política que fora decidida. Da estratégia saíam as grandes directivas para os variados teatros e sectores. Já em cada teatro seriam deduzidas as

<sup>(38)</sup> Espírito Santo, *ob. cit.*, p. 6.

estratégias em operações, e para cada força seria decidida a tática mais adequada.

E claro que isto não faz muito sentido aplicado à realidade do século XVII, mas (e este é o ponto que queremos destacar) também não parece ser verdade que os acontecimentos descritos fossem obra do acaso e da simples iniciativa da autoridade local. Uma visão global sobre toda esta conflitualidade foi, pelo menos para nós, evidente na época. Foram definidas prioridades, sacrifícios e esforços principais. Atrevemo-nos ainda a acrescentar (especular) que provavelmente também foram equacionados rudimentares estudos *custos/benefícios* que fundamentaram melhor quais os territórios mais rentáveis e os que mais prejuízos causavam. E mesmo que, formalmente, nunca tivessem existido estes estudos, parece lógico que esta medição estivesse na base de algumas das decisões e prioridades estabelecidas (estratégia económica).

Importa também ressaltar, por exemplo, a conjugação da manobra diplomática com a manobra militar<sup>(39)</sup>. Na maior parte das vezes os actores eram os mesmos em vários pontos do globo: Holandeses, Franceses, Ingleses, Espanhóis. Cada um destes actores reticulava-se com outros: basta recordar as guerras de Espanha com as Províncias Unidas, na Península Itálica, na Catalunha, etc. Só uma visão global e uma sólida análise matricial tempo/espço nos permite entender o esforço despendido por cada um, a cada momento e em cada local. Foram necessárias decisões difíceis para todos: para concentrar forças num ponto deixaram-se desguarnecidos outros; para reforçar e equipar num teatro foi preciso sacrificar forças e territórios; para defender terra foi preciso ceder terra; para ganhar terra foi preciso combater no mar. Sempre que surgia uma desvantagem estratégica para um dos actores, surgia a oportunidade para uma vantagem operacional que outro poderia aproveitar<sup>(40)</sup>.

<sup>(39)</sup> "Revoluções nos pensamentos das relações internacionais e dos assuntos militares, com consequências nas grandes estratégias das nações nascentes que faziam da guerra e da diplomacia dois instrumentos da acção do Estado moderno" - Espírito Santo, *ob. cit.*, p. 7.

<sup>(40)</sup> A perda dos navios da esquadra naval espanhola em 1639, em Dowes, contra as forças holandesas, foi uma mais-valia para a nossa liberdade nos mares, assim como as derrotas espanholas na Guerra dos Trinta Anos, que permitiram um tempo estratégico para preparar a defesa, etc.

Aacção diplomática precedia/ acompanhava a manobra militar: foram vitais as embaixadas enviadas para a Catalunha, a França e a Holanda e outras enviadas para Inglaterra, Roma, Suécia e Dinamarca<sup>(41)</sup>.

A opção naval e terrestre teve de ser decidida em função dos recursos disponíveis, que já sabemos serem escassos. Para nos defendermos das ameaças vindas do mar apostámos na construção de fortalezas nas costas e em um sistema de alerta que possibilitava a intervenção rápida em socorro de um assalto<sup>(42)</sup>. Como não havia uma armada grande, concentravam-se os navios mercantes em grandes comboios e fazia-se a segurança nos mares. Após a Aclamação, não existia nem capacidade nem matérias-primas para a construção de navios na Europa ou no Oriente e optou-se por centrar a construção onde havia matéria-prima em abundância, isto é, no Brasil, o que constitui mais uma prova de uma boa estratégia global<sup>(43)</sup>.

Em resultado de campanhas globais os resultados foram, também eles, globais:

- Na frente diplomática, embora as principais potências europeias tardassem em reconhecer o reassumir da soberania portuguesa (a Santa Sé, por exemplo, só reconheceu em 1670), conseguimos a assinatura de diversos tratados de paz com os principais adversários europeus e fomos bastante eficazes na obtenção de ajuda militar para as campanhas da Restauração na Europa (foi, provavelmente, onde a nossa diplomacia conseguiu melhores resultados);
- No plano político, psicológico e económico melhorámos muito em relação à situação vivida até 1640: consolidámos a nação, fortalecemos o império, aumentámos as trocas comerciais.
- Na frente militar, tendo em linha de conta as forças em presença e as capacidades dos diversos actores, obtivemos um balanço bastante positivo: derrotámos as tentativas de Espanha de nos ocupar (vencemos importantíssimas e significativas batalhas contra um dos melhores exércitos do mundo), retomámos os territórios ocupados do Brasil, libertámos Angola e S. Tomé, mantivemos a

<sup>(41)</sup>Espírito Santo, *ob. cit.*, p. 19.

<sup>m</sup>*Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>m</sup>*Idem, ibidem*, p. 25.

índia, Macau, Timor e perdemos tudo o que anteriormente já foi descrito (de S. Jorge da Mina até Malaca, Molucas ou Ceilão).

Não seria esta a última das guerras globais portuguesas, mas efectivamente, por um período prolongado, tivemos de decidir e actuar em várias áreas do mundo num difícil equilíbrio entre recursos, tempo, capacidade dos adversários e expectativas de ganhos sempre com a ameaça da própria sobrevivência como nação independente. Foram duras as derrotas e alcançámos feitos espectaculares de armas (a reconquista de Angola, por exemplo), tendo participado em grandes batalhas no Brasil, no Oriente ou na Península Ibérica.

Se em vez da língua de Camões por cá se falasse a língua de Shakespeare, por certo que Hollywood já teria produzido um grande filme sobre as Batalhas de Montes Claros ou sobre as dos Guararapes, entre outras. Ou, quem sabe, teria sido produzido o filme da *Primeira Guerra Global Portuguesa...*

Foi (mais uma vez) o alto preço da independência, foi o resultado de uma estratégia de prioridades sobre territórios fundamentais, em troca de outros que teríamos de ceder. Foi o somatório de muitas acções locais dentro de uma estratégia total numa guerra global, nesta forma também muito global de ser português.

## Bibliografia

- AAVV, *História da Europa*, Lisboa, Minerva, 1992.
- AAVV, *XV Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.
- AAVV, *História de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.
- AAVV, *Memória de Portugal - O milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- BORREGO, Nuno Gonçalo R, *As ordenanças e as milícias em Portugal*, vol. I, Lisboa, Guarda-Mor, 2006.
- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1980.
- CHARTRAND, René e YOUNGHUSBAND, Bill, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (1,2 e 3)*, Oxford, Osprey Military, Men-at-Arms, 2000.

- DIAS, Eurico Gomes, *Gazeta da restauração: 1641-1648 uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas* (edição transcrita), Lisboa, MNE - Instituto Diplomático, 2006.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel, *Montes Claros 1665*, Lisboa, Tribuna da Historia, 2005.
- FERREIRA, Arnaldo M. de Medeiros, *Historia Militar*, Lisboa, Serviços Gráficos da Academia Militar.
- HENRIQUES, Américo, *Apontamentos de História Militar; ME 73-00-00*, vol. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1989.
- MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945.
- SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, vols. IV e V, Lisboa, Publ. Alfa, 1982.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004.
- VIEIRA, Gen. Belchior, *Recrutamento e Mobilização militares (textos de apoio)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999.